

Subsídio no BC: quem tem medo da verdade?

Muito se costuma dizer que em política mais vale a versão dos fatos do que os fatos em si. Nada mais verdadeiro para o caso da implantação do subsídio no BC.

Em 2006, para a AND de Jaboticatubas/MG, a direção nacional do Sinal contratou um plano de cargos e salários de um renomado consultor paulista por R\$20.000,00, que previa 35 níveis para a carreira de especialista do BC. Um grupo de estudos formado em BH construiu um PCS com a extinção de todos os "penduricalhos", diferenciações salariais que compunham uma estrutura salarial com 72 níveis, dado sobretudo às famosas GQs de 5%, 10% e 15% e aos anuênios. O plano de BH - em sentido contrário ao da direção nacional do Sinal - era estruturado em apenas 13 níveis, com remuneração sob a forma única de subsídio.

Aprovado em BH em duas assembleias concorridas, o PCS foi conduzido à AND, onde passou por cima do plano da Nacional e logrou aprovação pelos delegados representantes dos filiados de todo o País. Ainda não havia em AND o voto eletrônico, mas tivéssemos um retrato da votação e veríamos, em desfavor do subsídio, a mão levantada dos dois presidentes nacionais que se revezam à frente do Sinal desde 2000.

Filiados da Regional começaram a disseminar a discussão sobre as vantagens do subsídio nas redes informais, enquanto o CR trazia a BH o presidente nacional do Sindicato para convencê-lo a respeito. Em seguida, a mesma delegação de BH em Jaboticatubas foi a Brasília para palestrar sobre o tema, com transmissão via TV Bacen. Convencido, o então presidente nacional do Sinal transformou-se em um ardoroso defensor do subsídio, tornando-se um dos principais responsáveis pela sua implantação, enquanto liderança nacional incontestada e de grande articulação. Na votação eletrônica das decisões da AND, a categoria, de forma inequívoca, aprovou todos os itens das mudanças da estrutura salarial da carreira, com índices acima de 65%.

A partir daí, a Diretoria de Relações Externas, pasta nacional que BH titulava, mergulhou no Congresso, capitaneando a atuação sistemática e contínua de um grupo formado por meia dúzia de dirigentes (mais 2 de Porto Alegre, 1 de Curitiba e 2 de SP), além de outros que atuaram de forma esporádica e estratégica, que só saiu de lá no final de 2008, com a promulgação da Lei 11.890, de 24.12.2008, que legou à carreira de especialista a remuneração sob subsídio, acentuada melhoria sobretudo nos salários iniciais e sua inclusão no rol das carreiras estratégicas do Estado brasileiro.

Conquistas essas que foram de toda a categoria, com o trabalho, o empenho e a luta de muitos. Por óbvio, não foi BH a responsável por sua implantação, posto que se revelou uma das diretrizes do governo mais adiante. Mas BH, além de participar ativamente em todas as etapas do processo, teve o mérito e o pioneirismo de trazer a discussão para dentro da categoria, contrariamente à vontade inicial da direção nacional do Sinal, que, caso prevalecesse, poderia ter levado a carreira de especialista para amargos caminhos.

Eis os fatos, não versões e suposições.

Muito se diz em política que mais vale a versão dos fatos do que os fatos em si.

Esta é uma publicação do Conselho Regional do Sinal-BH, sendo todos os textos e informações de sua responsabilidade, e poderá ser acessada em nosso site a qualquer momento.

2512-1668 e 2512-1731
R. Araguari, 1705
Salas 402 e 4036
30190-111

sinalbh@sinal.org.br
www.sinal.org.br/bh

Ano IV

Nº 20

19/Abr/2013